



Carta de Conjuntura FEE

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria da Coordenação e Planejamento
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

ANO 14 Nº 1
Janeiro de 2005

Estiagem frustra previsão de supersafra no RS

Quebras de safra ocasionadas por problemas climáticos, como as de 2002 e de 2004, são comuns no Rio Grande do Sul, revelando-se, ao longo do tempo, uma desvantagem competitiva em relação a outros estados do País que não enfrentam tal problema com a mesma intensidade. Dentre os principais estados produtores de grãos do País, em função do clima, o RS é o que tem apresentado a maior variação de produtividade.

Para a safra de verão 2004/2005, o IBGE previa, em dezembro de 2004, uma produção recorde para o Estado, podendo alcançar 20,7 milhões de toneladas, divididas entre os quatro principais grãos (ver tabela). Acontece que o clima deverá frustrar, pelo menos em parte, essa previsão. A estiagem que atinge o RS desde o final de 2004 deve comprometer a produtividade do feijão e do milho, sendo que a do arroz e a da soja ficarão na dependência do comportamento futuro das chuvas.

Os baixos preços recebidos pelos produtores nos últimos anos têm estimulado a diminuição da área de feijão em favor das do fumo e da soja, que vêm apresentando melhores rentabilidades. Se a área menor já faria diminuir a produção nesta safra, as perdas em consequência da falta de chuva, que podem variar de 20% a 30%, conforme a Emater-RS, farão com que o volume colhido de feijão seja ainda menor que o previsto inicialmente.

O cultivo do milho continua perdendo área, principalmente para a soja. Desde 2001, 350 mil hectares deixaram de ser usados para o plantio do cereal. Na safra passada, a produção de milho foi extremamente prejudicada pela estiagem, sofrendo perdas de quase 30% em seu rendimento médio. Dentro da normalidade, previa-se que sua produtividade reagisse neste ano, podendo alcançar 3.875 kg/ha, um acréscimo de 38% em

relação à safra anterior. Com a estiagem iniciada em novembro de 2004, a produtividade da lavoura de milho deve diminuir, mesmo que de maneira distinta entre as regiões produtoras. A Emater-RS estima perdas que vão de 30% a 50% nas regiões mais afetadas. Entretanto é bem provável que a presente estiagem cause menores prejuízos do que aquela ocorrida na safra passada. Isto porque as precipitações, mesmo que irregulares, ocorridas na segunda semana de janeiro permitiram replantios em certas regiões, que poderão desenvolver-se bem, se as previsões da meteorologia, que indicam chuvas um pouco acima ou igual à média a partir do final de janeiro, se confirmarem.

Quanto ao arroz, o baixo nível das barragens na época do plantio impediu que a área cultivada na safra passada se repetisse na de 2004/2005, encolhendo 10 mil hectares. Além disso, os problemas com a irrigação só aumentaram nas últimas semanas de dezembro em função da estiagem, o que pode comprometer a produtividade da cultura, estimada inicialmente pelo IBGE em 5.853 kg/ha.

A incorporação de áreas antes destinadas à pecuária e ao milho fez com que houvesse incremento de 4,1% na área de soja. Entretanto expectativas de menor rentabilidade nesta safra acarretaram desaceleração no crescimento da incorporação de novas áreas ao cultivo da oleaginosa. A produção esperada é de 9,4 milhões de toneladas, com rendimento médio de 2.275 kg/ha, bem abaixo do recorde de 2003, de mais de 2.600 kg/ha. A estiagem ameaça comprometer a produtividade da soja, mas a quantificação das perdas ainda é prematura, ainda mais que a provável mudança no quadro climático pode reverter, em parte, os potenciais prejuízos.

Safra de grãos de verão 2003/2004 e previsão da safra 2004/2005 no RS

| CULTURAS | PRODUÇÃO (t) | | Δ% | ÁREA (ha) | | Δ% |
|--------------------|-------------------|-------------------|-------------|------------------|------------------|------------|
| | 2003/2004 | 2004/2005 | | 2003/2004 | 2004/2005 | |
| Arroz | 6 338 117 | 6 124 585 | -3,4 | 1 056 098 | 1 046 419 | -0,9 |
| Feijão | 133 688 | 125 155 | -6,4 | 142 225 | 121 091 | -14,9 |
| Milho | 3 371 277 | 5 018 617 | 48,9 | 1 303 297 | 1 295 232 | -0,6 |
| Soja | 5 541 706 | 9 433 123 | 70,2 | 3 984 337 | 4 145 830 | 4,1 |
| TOTAL | 15 384 788 | 20 701 480 | 34,6 | 6 485 957 | 6 608 572 | 1,9 |

FONTE: IBGE, Relatório de Ocorrências de dezembro de 2004.

A desigualdade social sob um enfoque racial

Apesar da discussão acerca da democracia racial no Brasil (e sobre a própria validade do conceito de raça), os indicadores desagregados por raça e cor permanecem apontando diferenças significativas entre brancos e negros (pretos e pardos) no Brasil e no Rio Grande do Sul.

Em 2000, havia, no Rio Grande do Sul, 1.289.509 negros (12,7% da população gaúcha), apresentando piores resultados em vários indicadores, destacando-se os de educação. Se, no conjunto da população branca, ainda há 5,4% de pessoas analfabetas, entre os negros, esse percentual sobe para 12,4%; se 32,3% dos jovens brancos de 18 a 22 anos freqüentam curso superior, entre os negros, há apenas 8,4% nesse nível educacional; e, se ainda há 2,6% de crianças brancas de 10 a 14 anos fora da escola, entre os negros essa participação sobe para 4,4%. Os dados relativos à renda domiciliar *per capita* são mais impressionantes. Enquanto há 17,3% dos brancos com renda *per capita* inferior a meio salário mínimo, entre os negros esse percentual dobra, passando para 34,9%.

Inúmeros estudos têm comprovado que às limitações de origem socioeconômicas somam-se sucessivas barreiras de cunho racial, conformando um quadro de forte desigualdade racial e de, eventualmente, imobilidade social.

Alguns indicadores sociais selecionados para brancos e negros e total do Rio Grande do Sul — 2000

| INDICADORES SELECIONADOS | BRANCOS | NEGROS (1) | TOTAL |
|---|---------|------------|-------|
| Esperança de vida (anos) | 72,7 | 69,4 | 72,1 |
| Mortalidade até 1 ano (1 000 nascidos vivos) | 16,3 | 20,5 | 17,0 |
| Jovens de 15 a 17 anos com filhos (%) | 6,6 | 11,6 | 7,4 |
| Pessoas de 15 anos ou mais analfabetas (%) | 5,4 | 12,4 | 6,3 |
| Pessoas de 18 a 22 anos que freqüentam curso superior (%) | 32,3 | 8,4 | 29,0 |
| Crianças de 10 a 14 anos fora da escola (%) | 2,6 | 4,4 | 2,9 |
| Pessoas com renda <i>per capita</i> domiciliar inferior a meio salário mínimo (%) (2) | 17,3 | 34,9 | 19,7 |

FONTE: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD/IPEA/Fundação João Pinheiro), 2003.

(1) Agrupa aqueles que se autodeclararam pretos e pardos. (2) Salário mínimo de ago./00.

Mercedes Rabelo (FEE/NEESF)

Desemprego juvenil na Região Metropolitana de Porto Alegre

Ao longo dos anos 90, o desemprego fez-se mais presente no mercado de trabalho brasileiro, com uma clara elevação de seu patamar. Deve-se destacar, não obstante, que o desemprego não atinge com a mesma intensidade os diferentes grupos populacionais. Nesse sentido, um grupo populacional que evidencia elevada incidência do desemprego é o dos jovens de 16 a 24 anos.

Na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), a taxa de desemprego dos jovens elevou-se de 21,4% em 1993 para 29,8% em 2003, período em que o contingente de desempregados desse grupo populacional se ampliou de 73 mil para 128 mil indivíduos. A par desses aspectos, elevou-se o tempo médio de duração do desemprego juvenil, pois a proporção de jovens com procura por trabalho igual ou superior a um ano passou de 17,8% em 1993 para 31,3% em 2003. Muito provavelmente, existe uma associação entre a duração do período de permanência no desemprego dos jovens e o aumento da proporção daqueles que não possuíam experiência anterior de trabalho, a qual se elevou de 24,7% em 1993 para 32,8% em 2003.

Uma outra mudança relevante na composição do desemprego juvenil, na RMPA, diz respeito à escolaridade, destacando-se a grande redução da proporção de jovens desempregados com escolaridade fundamental incompleta, que passou de 50,7% para 25,0%. Tal resultado encontra-se associado ao aumento

da escolaridade da população em geral e à maior seletividade das empresas frente à oferta de mão-de-obra no período.

Indicadores selecionados do mercado de trabalho, segundo a faixa etária de 16 a 24 anos, na RMPA — 1993 e 2003

| INDICADORES | 1993 | 2003 |
|---|------|------|
| Taxa de desemprego (%) | 21,4 | 29,8 |
| Contingente de desempregados (1 000 pessoas) | 73 | 128 |
| Proporção de desempregados com tempo de procura por trabalho igual ou superior a um ano (%) | 17,8 | 31,3 |
| Proporção de desempregados sem experiência anterior de trabalho (%) | 24,7 | 32,8 |
| Proporção de desempregados com escolaridade fundamental incompleta (%) | 50,7 | 25,0 |

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Raul Luís Assumpção Bastos (FEE/PED)



Tenha acesso a esta e a outras
publicações em
nossa Home Page
www.fee.rs.gov.br

**Carta
de
Conjuntura FEE**

Crescem as exportações gaúchas, com destaque para os veículos

As exportações gaúchas, de janeiro a novembro de 2004, cresceram 22,5% em relação a idêntico período do ano anterior, sendo que apenas quatro capítulos representaram 43,5% das vendas externas: calçados, fumo, carnes e veículos.

Nos calçados, polainas e artefatos semelhantes e suas partes, exportados principalmente para os Estados Unidos (60,3%) e o Reino Unido (8,9%), destacaram-se os calçados de couro natural, com 84% do valor embarcado do capítulo, sendo menos relevantes as vendas externas de calçados de borracha, plástico ou matéria têxtil e partes de calçados. No que se refere ao fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados, sobressaíram-se as exportações de fumo não manufaturado, que representaram 98% do valor exportado do capítulo, dirigindo-se, sobretudo, para os Estados Unidos (16,3%),

à Alemanha (10,6%) e à Bélgica (8,9%). Quanto às carnes e miudezas comestíveis, as exportações de aves foram as mais representativas, com 71% do valor embarcado do capítulo, vindo, após, as carnes de suínos (20%), sendo as vendas do capítulo destinadas, em especial, à Rússia (14,4%), apesar das cotas existentes, ao Japão (11,8%), à Arábia Saudita (7,8%) e aos Países Baixos (7,4%). Já o capítulo veículos automóveis, tratores, etc. suas partes e acessórios cresceu 57,5%, impulsionado, basicamente, pelas exportações de tratores, que se elevaram 72%, seguidas por partes e acessórios para tratores e veículos automóveis, bem como por carrocerias para veículos. As exportações desse capítulo foram embarcadas, sobretudo, para os Estados Unidos (16,1%), à Argentina (15,3%), o Chile (11,3%) e o México (11,1%).

Exportação, por capítulo, do Rio Grande do Sul — jan.-nov./04

| CÓDIGOS | CAPÍTULOS DA NCM | VALOR (US\$ FOB 1 000) | Δ% JAN-NOV/04 JAN-NOV/03 |
|---------|--|---------------------------|--------------------------------|
| 64 | Calçados, polainas e artefatos semelhantes e suas partes | 1 188 565 | 10,4 |
| 24 | Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados | 1 145 447 | 26,3 |
| 02 | Carnes e miudezas comestíveis | 858 795 | 39,9 |
| 87 | Veículos automóveis, tratores, etc. suas partes e acessórios | 724 808 | 57,5 |
| | Subtotal | 3 917 615 | 28,1 |
| | Outros | 5 087 527 | 18,4 |
| | TOTAL | 9 005 142 | 22,5 |

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Secex/DTIC/Sistema Alice.

Sônia Unikowsky Teruchkin (FEE/NERI)

Mercado imobiliário e déficit habitacional: uma questão controversa

Examinar o perfil dos investimentos imobiliários e do déficit habitacional na Cidade de Porto Alegre constitui exercício fundamental para se ampliar a compreensão das diferenças sociais existentes entre os espaços urbanos. O Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon-RS) publica informações sobre o mercado imobiliário, permitindo considerações sobre sua dinâmica, do ponto de vista da oferta de novas unidades. O Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal (www.ippur.ufrj.br/observatorio) disponibiliza dados sobre o déficit habitacional.

A análise conjunta dessas informações mostra uma realidade bastante complexa.

Observam-se, na tabela, os agrupamentos (por quartis) de bairros que mais se destacaram em cada modalidade examina-

da. O conjunto de bairros mais elitizados, incluídos no primeiro quartil, reúne a maior oferta de unidades habitacionais (69%). Esse conjunto não coincide com a localização dos bairros que compõem o primeiro quartil do déficit, onde está reunida boa parcela das áreas mais pobres da Cidade, que são responsáveis por quase 55% do déficit. Chama atenção que os imóveis ofertados se concentram em faixas de preço superiores a R\$ 180 mil (mais de 50%). Já as carências habitacionais aglutinam-se predominantemente na faixa de renda familiar de até dois salários mínimos (quase 50%).

Assim, a tarefa de solucionar o problema da moradia é difícil, tornando urgente a definição de políticas que se proponham a estabelecer um equilíbrio maior entre o perfil do mercado e o conteúdo das carências.

Unidades em oferta, por faixas de valor, e déficit habitacional, segundo as faixas de renda familiar, no primeiro quartil de bairros, em Porto Alegre — 2000 e 2004

| FAIXAS DE VALOR (R\$ em CUB dez./04) | UNIDADES OFERTADAS EM 2004 | | | | FAIXAS DE RENDA | DÉFICIT EM 2000 | | | |
|---|----------------------------|--------|--------|--------|-----------------------------|-----------------|--------|--------|--------|
| | Quartil 1 (1) | % | Total | % | | Quartil 1(2) | % | Total | % |
| Até 74 247,00 | 41 | 1,04 | 78 | 1,37 | Até 2 SM | 7 519 | 52,32 | 12 728 | 48,32 |
| De 74 247,00 a 107 246,00 | 307 | 7,81 | 703 | 12,39 | De 2 até 5 SM | 4 397 | 30,60 | 8 223 | 31,22 |
| De 107 246,00 a 181 493,00 | 951 | 24,18 | 1 663 | 29,30 | De 5 até 10 SM | 1 716 | 11,94 | 3 410 | 12,95 |
| De 181 493,00 a 272 240,00 | 917 | 23,32 | 1 325 | 23,34 | Mais de 10 SM | 738 | 5,14 | 1 980 | 7,52 |
| De 272 240,00 a 354 737,00 | 542 | 13,78 | 634 | 11,17 | | | | | |
| De 354 737,00 a 643 476,00 | 983 | 24,99 | 1 066 | 18,78 | | | | | |
| Mais de 643 476,00 | 192 | 4,88 | 207 | 3,65 | | | | | |
| TOTAL | 3 933 | 100,00 | 5 676 | 100,00 | TOTAL | 14 370 | 100,00 | 26 340 | 100,00 |
| Participação % | 69,29 | - | 100,00 | - | Participação % | 54,56 | - | 100,00 | - |

FONTE: VII Censo do Mercado Imobiliário de Porto Alegre; Julho de 2004, SINDUSCON-RS. Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal – IPPUR/UFRJ.

(1) Bairros: Auxiliadora/M.'Serrat/M. Vento/Bela Vista; V. Ipiranga/J. Itu; B. Novo; Petrópolis; P. Redonda/Ipanema/E. Santo/Guarujá; Arquipelago/Humaitá/Anchieta; Higienópolis/Boa Vista; V. Assunção/Tristeza/V. Conceição; Azenha; M. Deus/P. de Belas; T. Figueiras/Ch. Pedras/V. Jardim; e C. Baixa. (2) Bairros: Sarandi; Restinga; Medianeira/S. Tereza; R. Berta; Partenon; Glória/Cascata/B. Velho; L. Pinheiro; S. José; B. Jesus/J. Salso; V. Nova/C. Novo; V. João Pessoa/Ap. Borges; Teresópolis/Nonoai.

Mirian Regina Koch (FEE/NERU)
Tanya M. de Barcellos (FEE/NERU)

O crescimento da indústria gaúcha em 2004

A produção industrial do RS, assim como a do Brasil, apresentou uma tendência ascendente a partir do mês de setembro de 2003, embora tenha ocorrido uma sutil desaceleração do crescimento no mês de setembro de 2004 (gráfico). Mesmo assim, no período que acumula jan.-nov./04, as indústrias estadual e nacional tiveram um crescimento continuado bastante superior ao verificado nos últimos anos, de, respectivamente, 6,7% e 8,3%.

Conforme os resultados que discriminam as atividades por ramos industriais, as melhores taxas de crescimento acumuladas para jan.-out./04 em relação a igual período de 2003 foram alcançadas pela indústria fumageira (28,9%), seguida, em ordem decrescente, por veículos automotores (22,8%), máquinas e equipamentos (19,9%), metalúrgica básica (17,6%) e borracha e plástico (13,3%). Já alimentos (-0,9%), calçados e artigos de couro (-1,7%), refino de petróleo e álcool (-3,6%) e outros produtos químicos (-0,1) reduziram sua produção em relação a igual período do ano anterior. As demais atividades, ainda que com resultados positivos, colocaram-se abaixo da média gaúcha.

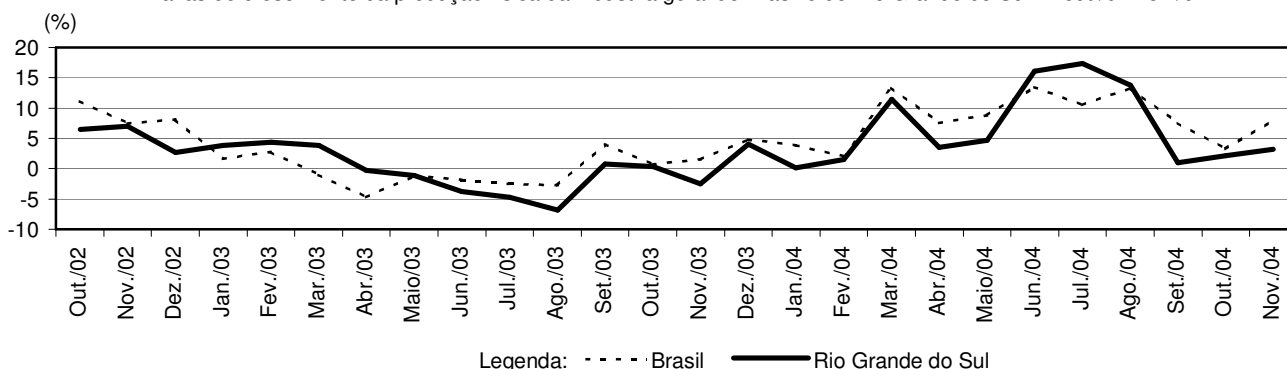
Assim como no Brasil, as vendas externas foram as principais impulsionadoras do aumento da produção industrial gaúcha, sendo esse o caso de fumo e de veículos automotores. Entretanto esse estímulo começou a perder força a partir do terceiro trimestre, devido à já excessiva valorização do real, com reflexos negativos sobre as indústrias de calçados e de móveis.

Quanto à indústria de calçados, é importante sublinhar que a redução do IPI para as exportações de couro *wet blue* é um fator que influencia negativamente a competitividade das empresas produtoras de calçados de maior valor agregado, onde a integração da cadeia produtiva é um elemento central. Outro fator desfavorável às atividades de calçados, móveis e produtos alimentares continuou sendo o reduzido consumo interno desses produtos.

A produção de veículos automotores, por sua vez, vem, há vários anos, ampliando sua participação no mercado mundial, através seja de exportações, seja da implantação de unidades produtivas em outros países. Em 2004, a continuidade da elevação das exportações repercutiu favoravelmente sobre o consumo doméstico. Comportamento semelhante foi observado na indústria de tratores e máquinas agrícolas, que, além das exportações, foi favorecida pelo crescimento do agronegócio. Esse aquecimento, por sua vez, teve repercussões positivas sobre a produção de autopeças do Estado.

A projeção do desempenho industrial relativa ao próximo ano, para o Brasil e para o RS, relaciona-se principalmente com as exportações, profundamente dependentes do mercado dos EUA, e com a taxa de juros, cujas expectativas são de manutenção e/ou nova elevação. Essas variáveis não apresentam perspectivas muito favoráveis à continuidade do crescimento das indústrias nacional e estadual em 2005.

Taxas de crescimento da produção física da indústria geral do Brasil e do Rio Grande do Sul — out./02-nov./04



FONTE: PIM-PF/IBGE.

NOTA: Os dados têm como base o mesmo mês do ano anterior.

Clarisse C. Castilhos (FEE/NEI)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 14.01.05).

ISSN 1517-7264

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria da Coordenação e Planejamento.

Tiragem: 1.200 exemplares.



Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser

Presidente: Aod Cunha de Moraes Junior

Diretor Técnico: Álvaro Antônio Louzada Garcia

Diretor Administrativo: Antonio Cesar Gargioni Nery

Conselho Editorial da Carta: Álvaro Antônio Louzada Garcia, Adalberto Alves Maia Neto, Octavio Augusto Camargo Conceição e Roberto da Silva Wiltgen.

Núcleo de Dados: Marilene Gauer (coordenação), Ana Maria de Oliveira Feijó e Jussara Lima do Nascimento.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre

CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br

www.fee.rs.gov.br

Editoração

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Luz Da Alva Moura da Silveira.

Revisão

Coordenação: Roselane Vial. Revisores: Breno Camargo Serafini, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Sidonia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

Editoria

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira. Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Koch Leal e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Elisabeth Alende Lopes e Rejane Schmitt Hübner. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.